

Resenha

Novos elementos para se pensar a história dos afro-descendentes no Uruguai

New elements to think about Afro-descendants in Uruguay

Beatriz Ana Loner¹

loner@ufpel.tche.br

Lorena Almeida Gill²

lgill@terra.com.br

CHAGAS, K.; STALLA, N. 2009. *Recuperando la memoria: afrodescendientes en la frontera uruguayo brasileña a mediados del siglo XX*. Montevideo, Mastergraf, 122 p.

As autoras Karla Chagas e Natalia Stalla, mais conhecidas no Brasil por seus trabalhos sobre a escravidão no Uruguai, lançaram, ano passado, um livro tratando sobre as condições de vida dos afro-descendentes que habitam preferencialmente os departamentos de Artigas, Cerro Largo e Tacuarembó, regiões que abrigam mais de 20% do total da população que se identifica como negra naquele país.

Chagas e Stalla justificam seu trabalho em virtude da pouca produção historiográfica sobre o assunto, especialmente para o período do pós-abolição e ao longo do século XX. As autoras remontam a história e a política uruguaia de meados do século XX, que auxiliou a desenvolver um imaginário hegemônico, o qual insistia na afirmação da população daquele país como majoritariamente branca, relegando os afro-descendentes à situação de invisibilidade e perpetuando sua discriminação social.

A pesquisa baseou-se principalmente na história oral, naquilo que Joutard (2000, p. 33) chamou de sua inspiração inicial, ou seja: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz realidades ‘indescritíveis’, quer dizer aquela que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”.

O texto foi construído, portanto, a partir de “palavras e imagens”. As palavras foram ditas por sete homens e treze mulheres, com idades entre 49 e 103 anos, cujas entrevistas foram realizadas entre outubro de 2008 e abril de 2009. Já as imagens, fontes fotográficas em sua essência, foram inseridas a partir dos arquivos pessoais dos depoentes e também por meio da pesquisa na imprensa negra, como os jornais *Acción e Orientación*, de Melo, *Democracia e Rumbos*, de Rocha, e *Nuestra Raza, Revista Uruguay e Rumbo Cierto*, de Montevideu.

¹ Professora Associada do Departamento de História e Antropologia da UFPel.

² Professora Adjunta do Departamento de História e Antropologia da UFPel.

O livro, que foi subvencionado por fundos concursais do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai, é interessante para todos os historiadores, especialmente para aqueles que se dedicam a temáticas como afro-descendentes, história oral e fronteiras. Em sua Introdução, as autoras discutem como se deu a construção dos testemunhos orais; o uso das fontes fotográficas, além de informarem sobre alguns dados que conformam a história do Uruguai no século XX e a tentativa, realizada pelas autoras e alguns poucos historiadores, de alterar os rumos historiográficos uruguaios, inserindo a pesquisa e as contribuições dos negros daquele país na história nacional.

Tentativas como essas têm a maior importância, porque, especialmente no sul gaúcho, a fronteira com o Uruguai sempre foi móvel e dinâmica, culturalmente integrada, o que leva ao fato de que inúmeras constatações lá realizadas terem sua contrapartida aqui no Brasil, praticamente da mesma forma, como se verá a seguir.

O primeiro capítulo, “Las condiciones de vida de las familias afro-uruguayas”, debate as estruturas familiares, revelando uma população afro-uruguiaia atualmente entre 5 e 10% do percentual total. Boa parte dos afro-descendentes concentra-se ao redor das fronteiras, especialmente com o Brasil. Muitos deles, inclusive, têm origens ou parentes ainda neste país. As autoras constataram, também, certa quantidade de uniões inter-raciais, especialmente na região da fronteira. Como fazem parte da parcela mais pobre da população, são comuns famílias chefiadas por mulheres, já que, na maior parte das vezes, são os homens que partem, em busca de novas oportunidades profissionais. Além disso, os afro-uruguaios, pelas suas precárias condições de subsistência, costumavam viver em zonas periféricas das cidades e tiveram que se utilizar, de forma mais ou menos constante, da entrega de seus filhos a outras pessoas, que, em troca de cuidado, alimentação e escola, exigiam o exercício de trabalhos domésticos.

No segundo capítulo, “Oportunidades educativas: escuela, liceo y universidad del trabajo”, as autoras relatam que a maioria dos entrevistados esteve na escola, ainda que somente por alguns anos, até mesmo porque o movimento negro uruguiaio, já desde 1947, através da revista *Uruguay*, entendia que apenas com a educação os negros poderiam se emancipar. Se o ensino fundamental era mais acessível, entretanto, o mesmo não acontecia com o secundário, até porque muitos necessitavam trabalhar para auxiliar sua família. Quanto à discriminação, alguns depoentes afirmaram que existia, ou através dos mestres ou dos colegas, em momentos pontuais.

O terceiro capítulo, “El trabajo en la frontera”, disserta sobre as relações fluidas que se estabelecem em regiões imbricadas entre dois países, fazendo com que tanto pessoas, quanto bens, circulem com regularidade e sem limitações. No que diz respeito ao trabalho, no meio

urbano os homens dedicam-se preferencialmente à construção e aos serviços; na zona rural são peões, capatazes, safristas. As mulheres, em sua maioria, realizam tarefas que reproduzem a esfera do lar, ou seja, vinculam-se ao cuidado, como domésticas, lavadeiras, babás – frequentemente, profissões que não permitem uma ascensão social e estão aquém das oportunidades educacionais que estes sujeitos tiveram em sua trajetória. Entre as entrevistadas, apenas uma (Adelma) contou ter conseguido emprego em um frigorífico em Tacuarembó, o que, segundo as autoras, foi uma trajetória incomum entre a população afro, fato ratificado por suas entrevistadas. Outra que fugiu ao padrão imposto foi Adélia, que conseguiu se formar como professora, mas foi discriminada em Montevideu, tanto pela direção de uma escola quanto pelos pais em outra, tendo que voltar para sua cidade natal, Artigas. Seu caso, entretanto, teve repercussão, pois a denúncia foi levada até o *XXXIV Congreso Federal de Educadores*, sendo realizada, posteriormente, sindicância pública. Entretanto, cumpre notar que Adélia, por si mesma, não teria protestado. A denúncia partiu de seus colegas educadores de Montevideu, pois sustentava que “salvo esta vez, a ella nunca le habian cerrado las puertas” (Chagas e Stalla, 2009, p. 78).

O último capítulo, “Espacios ‘propios’ y ‘ajenos’: diversión, recreación y bailes”, baseia-se mais fortemente na pesquisa documental em jornais e enfatiza o espaço do lazer na vida cotidiana. Chagas e Stalla afirmam que “salir a pasear por el centro” era, muitas vezes, a atividade mais frequente entre a população com poucos recursos financeiros. Faziam também “picnics”, realizados em parques; o cinema, cujos filmes vinham, sobretudo, dos Estados Unidos, França e Itália, possibilitavam que as pessoas se encontrassem nas famosas “matinée y vermouth” (esta última à noite), e os carnavais, que, no Uruguai, ocupavam diferentes bairros tanto da capital quanto de cidades do interior, promoviam diversão. Havia uma série de atividades carnavalescas, normalmente iniciada pelos desfiles inaugurais ou corsos, com intensa troca de serpentinas. Depois aconteciam bailes, atuação de conjuntos musicais ou teatrais (murga) e os concursos de tablado. Na região próxima à fronteira com o Brasil, tanto a música quanto o carnaval sofriam influência do país vizinho, bem como de suas formas de “pular o carnaval”.

Um espaço importante de sociabilidade foi obtido em clubes sociais destinados apenas aos negros, uma vez que não tinham acesso a muitas das associações que recebiam a população branca. Possuíam o clube Ansina, em Tacuarembó; Renato Marán, Gordillo e Centro Uruguai, em Cerro Largo; Centro Uruguay, em Melo. As associações funcionavam com o pagamento de cotas dos sócios, além da arrecadação obtida em bailes e outras promoções culturais, que não eram muitas, segundo os entrevistados.

Pela forma de tratamento dada ao texto, cada uma dessas assertivas é corroborada com seu enquadramento dentro da situação geral do Uruguai, o que fornece uma boa contextualização da situação política e social uruguaia das décadas de 1940 e 1950 e auxilia o entendimento dos graus de preconceito existentes naquele país, bem como das contradições e limites de políticas governamentais que, até aquele momento, não se preocupavam com a discriminação racial.

Alguns pontos poderiam ter sido mais aprofundados, principalmente no que tange à parte teórico-metodológica, na qual faltou maior debate sobre, por exemplo, a memória e o conceito de testemunho. Neste sentido, o próprio título remete à memória como algo dado e não como uma construção, absolutamente relacionada ao tempo presente. Sente-se falta também de certa caracterização da imprensa negra, que poderia servir como uma espécie de guia ao leitor, todavia, não podemos esquecer que se trata de síntese, conforme a apresentação.

Por outro lado, seu conteúdo é extremamente interessante, pois permite visualizar realidades próximas de um e de outro lado da fronteira, como a questão da exploração, pelas famílias brancas, dos “filhos de criação”,

de que temos muitos testemunhos na região sul (Vecchia, 1994); a formação de clubes sociais exclusivos para negros, como forma de escapar à discriminação e reunir-se entre iguais, também muito encontrados no Rio Grande do Sul (Loner e Gill, 2009), e os tipos de empregos oportunizados às chamadas “pessoas de cor” naqueles anos, de ambos os lados da fronteira, os quais são bem similares, embora os afro-descendentes uruguaios tivessem maiores possibilidades educacionais que os afro-brasileiros, especialmente na primeira metade do século XX, comprovando que a discriminação e o preconceito racial, muito mais do que a educação, tiveram um papel extremamente condicionador na vida destes sujeitos.

Referências

- VECCHIA, A.M. 1994. *Vozes do silêncio*. Pelotas, Editora e Gráfica Universitária/UFPel, vol. 2, 296 p.
- JOUTARD, P. 2000. Desafios à história oral do século XXI. In: M. FERREIRA (org.), *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, p. 31-46.
- LONER, B.A.; GILL, L.A. 2009. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, 35:145-162.

Beatriz Ana Lonner
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História e Filosofia
Rua Alberto Rosa, 154, Caixa Postal: 354
96010-770, Pelotas, RS, Brasil

Lorena Almeida Gill
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História e Antropologia.
Rua Alberto Rosa, 154, Caixa Postal: 354
96010-770, Pelotas, RS, Brasil